

## Eleições Municipais, Partidos Políticos e Voto Indígena. Temas e problemas sobre a disputa eleitoral no alto Solimões, Amazonas

---

Raimundo Nonato Pereira da Silva<sup>a</sup>

**Resumo:** O artigo em pauta versa sobre o comportamento eleitoral dos indígenas nas eleições de 2016 e 2020, na Microrregião do alto Solimões, Amazonas. Centramos análises nos votos creditados às candidaturas para vereador, em destaque, os votos dados a candidaturas indígenas em 09 municípios da referida região. Visando compreender e interpretar a partir do voto o citado comportamento, tomamos como pressuposto a ideia de haver um voto étnico. Para esse fim, coletamos e agregamos dados do TSE/TRE-AM, IBGE, ISA, DISEI e de mídias digitais com o propósito de termos um quadro para localizar e identificar a população, o eleitorado e os referidos votos. Amoldamo-nos no paradigma de Cultura Política, bem como nos conceitos de cultura, estrutura e política com o fito de responder a demanda expressa no ato de votar dos indígenas nas urnas eleitorais, e, por fim, concluímos a abordagem lançando perspectivas e desafios em relação ao sentido e ao significado expresso do voto dos indígenas.

**Palavras-chaves:** Eleições municipais, Indígena, Voto étnico, Alto Solimões.

### Indígenas, partidos e votos, um panorama em questão

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE acolheu para as eleições de 2020 o registro de 2.173 candidatos indígenas, ou 0,4% do total de

---

<sup>a</sup> Universidade Federal do Amazonas. Professor do Departamento de Antropologia. Membro do Laboratório de Pesquisa em Economia Política e Cultura. Email: [rmonato@ufam.edu.br](mailto:rmonato@ufam.edu.br) <https://orcid.org/0009-0006-1851-7237>

candidaturas (Diap 2020). Os candidatos pertencem aos partidos: Partido dos Trabalhadores-PT, Movimento Democrático Brasileiro-DB e o Partido Progressista-PP, que lançaram o maior número de candidatos. Em relação aos indígenas, é de se destacar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indica que 86,70% dos municípios brasileiros possuíam pelo menos um indígena autodeclarado (Brasil 2004), este índice corresponde a 4.932 municípios (Cabral & Gomes 2023).

Os índices em escala comparativa indicam, a princípio, que a densidade eleitoral indígena no Brasil é mínima ao contrário da Bolívia, Peru, Equador e México (Ocampo 2022). Todavia, em algumas regiões e municípios do Brasil, a presença indígena é expressiva, o que muda a configuração eleitoral e influi no mercado eleitoral de alguns municípios. Compreende-se o referido mercado como “relação político-eleitor para além da troca de favores, entendendo seus agentes como capazes de negociar e ressignificar os termos da troca, compreender como tais modelos interativos se transformam em estratégias para adesão política e consolidação de fidelidades” (Torres, Carvalho & Costa 2015).

O eleitorado indígena em algumas cidades da região Norte e de outras regiões não se configura como um eleitorado minoritário, mas sim um eleitorado com poder de decidir as eleições, conforme atestam a eleição para prefeitos e vereadores indígenas eleitos na referida região. Pautando nessa perspectiva podemos afirmar que no Brasil há votos étnicos? Caso positivo, qual é o comportamento eleitoral dos indígenas nos pleitos? Qual a densidade desse voto? O que indica o ato de votar dos indígenas? Haveria um esforço em romper com a sub-representação?

A população indígena na região Norte é estimada em 490.854, esta residente em comunidades indígenas e em áreas urbanas. O IBGE (2022) assinala que a população indígena que vive em comunidades contingente concentra-se entre 50 e pouco mais de 150 pessoas em média (IBGE 2010). A etnia Tikuna residente em Terras Indígenas

na Microrregião do Alto Solimões e em várias comunidades de outras regiões e em centros urbanos localizados às margens do rio Amazonas é a que agrega o maior número de indígenas, totalizando 46.045 pessoas (IBGE 2022 – dados agregados).

No pleito de 2020 no Brasil dez municípios elegeram prefeitos indígenas. Desse total, quatro são da região Norte. As cidades de Marechal Thaumaturgo – AC, São Gabriel da Cachoeira-AM<sup>1</sup>, Normandia-RR e Uiramutã-RR elegeram prefeitos indígenas (TSE 2021). Na mencionada região há 463 cidades e em muitas delas a população indígena é expressiva em relação à população não indígena do município, a exemplo, Uiramutã-RR, Normandia-RR, São Paulo de Olivença-AM, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira-AM (IBGE 2022). Os fatos acima, em hipótese, indicam que há votos de indígenas creditados à candidatos indígenas, configurando assim o que denominamos de votos étnicos indígenas; são votos creditados a candidaturas indígenas por indígenas ou eleitores que são simpatizantes e/ou militantes da causa indígena. Em relação à população indígena destacamos que 42,01% dos indígenas da região Norte se encontram em Terras Indígenas e 57,99% em áreas urbanas (IBGE 2022). Essas informações aliadas aos de indígenas que votaram em candidatos indígenas são de suma importância para contextualizarmos e compreendermos o comportamento eleitoral dos indígenas na escolha de candidatos a prefeitos e a de vereadores, em destaque, para fins de análise, os votos dados pelos indígenas na Microrregião do alto Solimões para os candidatos a vereador.

Das dez cidades do Brasil que apresentam a maior população indígena, quatro delas são da região Norte, e, somente São Gabriel da Cachoeira-AM, Normandia-RR e Uiramutã-RR, (IBGE 2010)<sup>2</sup> como dito acima, elegeu prefeito nas eleições de 2020. Em outras cidades como Marechal Thaumaturgo-AC, o prefeito foi eleito em 2020 com 4.521 dos votos, o que equivale a 53,99% dos votos válidos. Ao compararmos os números da população do município, que é estimada em 17.093 pessoas (IBGE 2022) com a população indígena estimada em

3.355 (IBGE 2022), e nos valendo de inferência permite asseverar que o candidato recebeu votos de não indígenas para ser eleito, fato semelhante ocorreu na cidade de Barreirinha-AM em 2008, ao eleger para prefeito o indígena, Mecias Sateré, da etnia Sateré-Mawé, pelo Partido da Mobilização Nacional-PMN<sup>3</sup>. Além de Mecias, neste mesmo pleito, em São Gabriel da Cachoeira-AM, foi eleito o primeiro prefeito, Pedro Garcia, da etnia Tariana<sup>4</sup>, pelo PT.

Município	População	% da pop. indígena	Etnias
São Gabriel da Cachoeira-AM	51.795	93,17	Baré, Baniwa, <u>Dessana</u> , <u>Arapasso</u> , Bará, Barasana, <u>Dessana</u> , <u>Karpanã</u> , <u>Wanana</u> , <u>Kubeo</u> , <u>Makuna</u> , <u>Siriano</u> , <u>Tukano</u> , <u>Yuriti</u> , <u>Mirititapuá</u> Yanomami, <u>Tariana</u> , <u>Arapasso</u> , <u>Werekena</u> , <u>Kubeu</u> , <u>Koripakó</u> , <u>Piratapuia</u> , <u>Dáw</u> , Hupda.
Normandia-RR	13.669	88,84	Macuxi
Uiramutã-RR	13.283	96,60	Ingaricó, Wapichana, Macuxi
Marechal Thaumaturgo-AC	17.093	19,63	Huni <u>Kui</u> (Kaxinawá), Ashaninka, <u>Jaminawa</u> -Arara, <u>Kuntanawa</u> , Apolima-Arara.
Barreirinha-AM	31.065	26,66	Sateré-Mawé

**Tabela 1:** Cidade que elegeram indígenas prefeitos na Região Norte.  
Fonte: (ISA, FUNAI e IBGE 2023 – dado agregados).

As eleições de 2020 sob a égide da Emenda Constitucional No. 107, de 02 de julho de 2020, preveem coligações somente para o cargo majoritário. Para a câmara municipal não é permitida a formação de coligações partidárias. No Brasil foram eleitos 213 vereadores que se autodeclararam indígenas. Na região Norte esse número chegou a 73. O Amazonas com 42 indígenas; Roraima, 11; Acre, 09 e o Pará com 08 foram os estados com os maiores números de vereadores indígenas eleitos. Amazonas e Roraima, a de se observar, ocorreram nas últimas três décadas o incremento do movimento indígena organizado, e este tem sido o expoente das demandas indígenas frente às políticas públicas estatais, e muitos candidatos aos cargos eletivos de vereador e prefeito dentre outros, assumiram papel de lideranças no referido movimento. Portanto, o movimento, direta e/ou indiretamente cons-

tituiu em referência política para muitos candidatos indígenas aos cargos públicos e se tornaram referência para muitos eleitores indígenas e não indígenas no momento do voto.

Não se trata de um consenso e de uma reconciliação a participação dos indígenas no mercado eleitoral até porque, conforme assinala Mouffe (2015), esses “não podem ser objetivos centrais da política democrática – a democracia precisa, em realidade, da criação de um espaço vibrante de discussão, marcado por uma perspectiva agonista da política”, e é justamente o espaço de discussão sobre o Brasil plural que os indígenas criam a se lançarem no referido mercado.

Destacamos para efeito de análise e ponderação que as cidades em tela que elegeram prefeitos e vereadores em 2020 são cidades pluriétnicas conforme pode ser observado na Tabela 1. Em São Gabriel da Cachoeira-AM são 23 etnias, na região do Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte são 09. Em contextos pluriétnicos, as alianças políticas étnicas são de suma importância para a obtenção de sucesso no pleito, bem com as alianças políticas interétnicas com os não indígenas. No caso conforme aludido, Marechal Thaumaturgo-AC e de Barreirinha-AM, além das alianças políticas pluriétnicas, capitalizar os não indígenas para os objetivos políticos demonstrou os matizes que se desenham em alguns campos políticos eleitorais aos quais estão inseridos os indígenas.

Os números acima nos dão um panorama indicativo da ascensão do protagonismo indígena no campo político partidário. Em relação à eleição de 2016, ocorreu crescimento na ordem de quase 30% para as câmaras municipais. Esse índice, em hipótese, indica a ruptura paulatina em muitos municípios de ter um não indígena, porta voz de indígena e a favor de voz indígena; a aproximação de lideranças indígenas com o Poder municipal e, por fim, a demarcação étnica nas democracias eleitorais. Isso fica patente na expressão de Bigaira Veloso, indígena Kaingang e candidata no Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista do Brasil-PCdoB.

“[...] Temos voz sim, mas como sempre querem nos silenciar, precisamos voltar a esta atuação e ação de combate. Não queremos mais ninguém falando por nós [...]” (Ferreira & Reinholz 2020).

No Amazonas duas regiões se sobressaem ao considerarmos a estimativa da população indígena e ao relacionarmos aos pleitos municipais, são elas: a Microrregião Barcelos em que foram eleitos 12 vereadores e a Microrregião do alto Solimões com 20. Na primeira, a população indígena é estimada em 80.928, e a segunda estima-se em 142.154. Eleitores aptos a votar na Microrregião Barcelos são de 61.587 e na Microrregião do alto Solimões esse número é de 142.688. Os eleitores indígenas aptos na região de Barcelos são de 14.969 e na Microrregião do alto Solimões, os indígenas aptos a votar correspondem a 29.560, e em todo o Amazonas os eleitores autodeclarados indígenas no repositório do TRE-AM correspondem a 60.123 (TRE 2020). Na microrregião de Parintins, os eleitores indígenas aptos a votar correspondem a 5.724. Em termos proporcionais, com 24,30% de eleitores aptos a votar na Microrregião de Barcelos, a torna o maior colégio eleitoral do Amazonas e do Brasil, e com 20,51%, a Microrregião do Alto Solimões.

<b>Município</b>	<b>Eleitor</b>
São Gabriel da Cachoeira	14.302
Tabatinga	8.581
Benjamin Constant	7.520
São Paulo de Olivença	6.670
Santo Antônio do Iça	2.893
Maués	2.434
Tefé	2.141
Autazes	2.027
Careiro da Várzea	1.254

**Tabela 2:** Vereadores Indígenas, População, Eleitor Indígena.  
Fonte: TER 2021; IBGE 2022 – dados agregados).

No repositório do TRE-AM, 28 municípios do Amazonas, num total de 62, há registro de eleitores indígenas que estavam aptos a votar em 2020, nos 113 locais de votação. As dez cidades com os maiores colégios eleitorais indígenas são: São Gabriel da Cachoeira (14.302), Tabatinga (8.581), Benjamin Constant (7.520), São Paulo de Olivença (6.670), Santo Antônio do Içá (2.893), Barreirinha (2.500), Maués (2.434), Tefé (2.141), Autazes (2.027) e Careiro da Várzea (1.254). O município de Juruá com 03 eleitores que estavam aptos é o que apresenta menor densidade eleitoral (Eleições 2020).

Centrando nossa atenção nas eleições para as câmaras municipais da Microrregião do Alto Solimões, construímos nossa análise sobre o comportamento do voto dos indígenas na referida região, a fim de compreendermos o cognitivismo e a racionalidade expressa no ato de votar dos indígenas. Para tanto, partimos de duas hipóteses, a primeira é que há um voto étnico indígena expresso no ato de votar e a segunda é que há uma cultura política (Almond 1989) não indígena, situada historicamente, visando controlar e obstruir os referenciais étnicos no mercado eleitoral. Nesse sentido, pretendemos, neste artigo, ponderar sobre as peculiaridades da cultura política expresso no comportamento eleitoral dos indígenas nas eleições para as câmaras municipais de 2020 na Microrregião do Alto Solimões.

Região	Vereadores Indígenas	População	Eleitor	Eleitor Indígena
Microrregião de Barcelos	12	100.551	61.587	14.969
Microrregião do alto Solimões	20	262.013	142.688	29.560

Tabela 3: Município e Eleitor. Fonte: (TRE-AM 2021).

Para fins de análise, partimos da ideia de que a Política deve ser entendida como “[...] a tomada de decisões através de meio público” (Deutsch 1984:05). Esse conceito dentre os demais, atende a nossa perspectiva por relacionar a política à tomada de decisão, e não obs-

tante, pressupõem que o ato de votar e o ato de concorrer a uma eleição são tomadas de decisão, ou seja, atitudes, independente da força imperativa que as conduzam; a outra perspectiva e a questão pública, a democracia eleitoral é fato público que garante certa privacidade pública ao cidadão quando este deposita seu voto na urna eletrônica.

Em consonância a esse conceito, vincula-se para o propósito indicado o conceito de Cultura, este nos orienta em buscar e captar o sentido e significado ordenado pelo sistema cultural que deve ser interpretado para ser compreendido em seu contexto diacrônico e sincrônico. Assim, a política pode ser percebida como um sistema cultural, tal como a arte e a religião (Geertz 1981). Aliando a ideia de Cultura ao Campo Político, este no sentido dado por Pierre Bourdieu (2012), que o define como um sistema ou um espaço estruturado de posições, e considerando que no mercado eleitoral da região do alto Solimões, o viés cultural define as Fronteiras Interétnicas, percebemos que o voto passa a ser um conectivo que flui no sistema aos quais se interligam cultura, poder, relação política e relação partidária. Em relação às fronteiras, seguimos João Pacheco de Oliveira ao indicar que as relações interétnicas:

“[...] costura a sua unidade justamente em função de sua condição bicultural, pois, é a virtualidade da dupla leitura das ações, dos atores e das motivações, que instaura e potencializa a sua existência. A cultura aparentemente partilhada nada mais é do que uma fina crosta de sobreposição e entrecruzamentos de significados [...]” (Oliveira 1999:23).

O voto expressa um significado, problematizá-lo é o nosso objetivo. Por se tratar de uma população específica dentre as demais que são arroladas no mercado eleitoral da Microrregião do alto Solimões, neste caso, a população indígena, é pertinente ater-se em análises centradas na ideia de situação histórica para compreendermos o contexto nas quais estão imersos e submetidos os povos indígenas da região do alto Solimões, devemos, pois, nos prender que:

“O que efetivamente importa – e que constitui o fator dinâmico – é o processo complexo de construção de sentido por um agente, que

opera sempre com um código cultural e uma lógica específica, mas que igualmente registra, especula e traduz para os seus próprios termos a existência de outros agentes e de outras culturas [...]” (Oliveira 1999:23).

A ideia de situação histórica agrega para fins de análise a ressemantização da categoria “Coronéis da política”, como canalizadores do clientelismo, este no sentido de Vommaro & Combes, que afirmam:

“De este modo, el clientelismo puede considerarse como el plexo donde convergen las relaciones interpersonales en las diferentes escalas de poder, la imbricación entre el funcionamiento formal e informal de las instituciones, las tácticas locales para intentar mo-rigerar o legitimar las asimetrías de clase y de poder, entre otros principios importantes para el desenvolvimiento del juego social” (Vommaro & Combes 2019).

E não obstante a isso o patrimonialismo “Así entendido, [...] es una forma de organización política estatal que se concibe como el resultado del triunfo de una administración autoritaria sobre los distintos poderes locales” (Zabludovsky Kuper 1994). Portanto, em uma estrutura clientelista e patrimonialista as quais estão submetidos os indígenas e não indígenas no alto Solimões estão engendrados pelo “Poder invisível” (Bobbio 2012). Esse poder é percebido como o ponto de ligação entre as várias esferas do sistema cultural político, dentre eles o sistema eleitoral, o sistema social, o sistema econômico, o sistema religioso. Portanto, as estruturas que sedimentam o mercado político, consubstanciam as relações políticas em um processo clientelista estruturante, que amalgama a estrutura patrimonial tutelar alimentada e retroalimentada pela ideia de uma rede de troca e de intercâmbio e, de proteção, consolidando a estrutura de poder na região.

Para dar fluidez ao esboço crítico do objeto proposto, procedemos à recolha de dados no repositório do TRE-AM referente às eleições de 2016 e 2020, os sistematizamos para a formatação de tabelas com o fito de proceder a unidade analítica. Coletamos ainda informação em sites institucionais, em mídias eletrônicas; procedemos à revisão

bibliográfica referente ao tema em pauta e sobre eleições municipais, bem como acessamos artigos, com o fito de melhor qualificar a dinâmica do mercado eleitoral na Microrregião do alto Solimões e reflexões relacionadas aos conceitos destacados acima. Organizamos o trabalho em três fases. Primeiramente, buscamos caracterizar a região em tela, em destaque, a população indígena e, em seguida, contextualizamos informações referentes aos pleitos eleitorais de 2016 e 2020, e por fim, finalizamos o trabalho tecendo considerações acerca do problema levantado.

### **A microrregião do Alto Solimões**

Os municípios de São de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, Amaturá, Tonantins, Fonte Boa, Jutá, Tabatinga e Benjamin Constant compõem a Microrregião do Alto Solimões, a população na referida região é estimada em 262.013 habitantes. As cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença juntas apresentam os maiores contingentes populacionais que é estimado em 137.249 (Cidade/IBGE 2023). Elas são estratégicas para o mercado eleitoral que se encontra além das fronteiras da Microrregião do Alto Solimões.

Situando-as em um contexto histórico, destacamos que a maioria das cidades citadas surgiu a partir da implantação de aldeamentos instalados pelos missionários da Companhia de Jesus no século XVII, e em seguida passaram a abrigar regimentos militares em decorrência de se situar na tríplice fronteira do Brasil, Peru e Colômbia; a cidade colombiana Letícia e a brasileira Tabatinga são consideradas cidades gêmeas (Euzébio 2014). Em relação à primeira instituição, esta chega à região Amazônica no referido século, e no decorrer dos tempos, foram criando relações estruturadas e estruturantes com o objetivo de consolidar o projeto religioso. Sobre esse plano a de levarmos em consideração que a ação missionária fez surgir os índios cristãos em oposição ao índio não cristão. Estes, conforme Carvalho Junior (2017:163),

“[...] tornaram-se peças essenciais para a manutenção do controle sobre a população indígena. Por outro lado, eram importantes como mediadores entre os brancos colonizadores e os indígenas das várias aldeias que os jesuítas tinham sob seu comando [...]”. A ação missionária pode ser entendida em duas dimensões, a saber, a clientelista ao atrair os indígenas para sua ordem e o torná-los consumidores da ‘fé cristã’, que, posteriormente passaram a figurar como patrimônio, fomentando e estabelecendo as bases para uma espécie de patrimonialismo tutelar por outras instituições, por exemplo, os colonos e os militares. Em relação à segunda, ou seja, à ordem militar, em nossa perspectiva de análise, asseveramos que o controle das fronteiras pelo Estado português fez aportar na região a estrutura de base nacionalista. Essa base, tal como a religiosa, é marcada pelo poder simbólico e o poder coercitivo que lhe garantiram o controle sobre uma parcela significativa da população indígena. As duas instituições primam pela hierarquia. Nesse sentido, os indígenas foram alocados em linhas hierárquicas assimétricas. No que se relaciona à questão militar, a de ressaltar que a questão indígena como assunto de Estado, sempre esteve na órbita militar, principalmente, em se tratando de povos indígenas que vivem nas fronteiras internacionais.

As cidades em pauta se dinamizaram em termos econômicos e políticos com o advento da economia gomífera na Amazônia, ocasionando a migração induzida e a migração forçada de centenas de pessoas para a Microrregião do alto Solimões. Os nordestinos chegaram à região na primeira fase da economia, porém, eles não foram os únicos; levadas de colombianos e peruanos foram alocados em diversos seringais da região, e juntamente com eles foram também alocados os indígenas em diversos seringais (Santos 2019:107-144, 203-236; Umbarila 2003:45-48).

Neste cenário promovido pela economia gomífera, algumas cidades foram transformadas em pontos estratégicos para o incremento da referida economia: Tabatinga e Benjamin Constant por terem suas sedes nas mediações das fronteiras nacionais e Santo Antônio do Içá

em decorrência dos vastos seringais tanto do lado colombiano, rio Putamayo, rio Iça, lado brasileiro (Stoco & Ribero 2018). Com o fim da economia gomífera, que teve duas fases, a população nordestina se regionalizou e passou a desenvolver uma economia de subsistência e a manter relação de conflito latente e aberto com a população indígena da região.

Em meados do século XX as cidades citadas, principalmente Tabatinga assumiram papel destacado para a economia e para a política da região. Essa economia alcançou e arrolou os povos indígenas levando a intensificar o fluxo e refluxo de bens industrializados e de produtos naturais, principalmente o pescado e a extração de madeira na região. A mediação política entre a população não indígena, Estado e os indígenas no referido século estava a cargo do *Serviço de Proteção ao Índio e Localização* dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e posteriormente, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em se tratando de população em região de fronteiras nacionais, a atuação desses órgãos visava, dentre outras atividades, garantir o domínio do território, sobre isso destaca Souza Lima:

“Em regiões de limites internacionais, assegurar a presença do SPILTN e os vínculos das populações indígenas às suas unidades locais eram uma maneira de assegurar o domínio sobre as terras componente político da ‘nação brasileira’, mantendo-se a soberania [...]” (Souza Lima 1995:132).

Na primeira década do século XXI, a população indígena na Microrregião do alto Solimões era estimada em 123.233 pessoas, as quais auto se declararam etnicamente vinculadas aos povos Tikuna (46.065), Kokama (11.274), Kanamari (4.040), Matsés (2.455), Marúbo (2.200), Kaixana (1.225), Matis (1.013), Kambéba (744), Kulina Pano (377), Korubo (142), Witóto (22) e residiam em 35 Terras Indígenas e em áreas urbanas dos municípios da região (IBGE, 2010). Em relação ao regime de contato dos indígenas com as sociedades nacionais, há sociedades indígenas cujos contatos são recentes; outras, no entanto, optaram em manter-se em isolamento voluntário, todavia, há povos

com mais de quatro séculos de contato tais como os Tikuna, Kokama e Kambeba.

Os indígenas, em sua maioria, acessam a rede de serviço público localizada nas sedes dos municípios, o que os colocam em contato direto com os órgãos e/ou com setores do campo indigenista estatal (Oliveira 2016). Os indígenas também se valem de suas associações para demandar as suas reivindicações aos Poderes públicos federal, estadual e municipal (Rubim, 2016; Vieira, 2016). A aproximação política com setores do Poder público municipal se dinamizou com as ações públicas direcionadas à educação, saúde e assistência social, reflexos das garantias legais pautadas na Constituição de 1988. Esse movimento provocou no campo das relações interétnicas o protagonismo indigenista em diversos municípios de forma mais ampla e intensa, trazendo para o campo político local as demandas e o protagonismo indígena.

A mobilização política indígena frente ao Estado brasileiro inicia em meados do ano de 1970, do século XX; nesse período foram realizadas 57 assembleias indígenas no Brasil (Assembleia 2016). A ação política dos indígenas se relaciona diretamente com a mobilização étnica que ocorreu em meados dos anos 1960, do século XX, na América Latina. Essas assembleias fomentaram a criação de organizações indígenas formais. A primeira organização em sua versão formal fundada no Amazonas foi o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), em 1982, com sede na cidade de Benjamin, Constant-AM, e em 1984, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), sediada em Manaus. Na Microrregião do alto Solimões, na década seguinte, é criado o Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), organização pluriétnica, com sede em Atalaia do Norte, e por fim, as organizações fundadas pelos Kokama, as quais possuem sedes em cidades da referida região.

Ao longo de quase quatro décadas de movimento indígena organizado, as ações políticas dos indígenas extrapolaram a Microrregião do alto Solimões. Os Tikuna, por exemplo, estenderam suas redes de

parentescos até Manaus, tal como a sua rede política no Brasil e na Colômbia, neste último a população é estimada em 13.842 (Censo 2005)<sup>5</sup>. Os Kokama, por sua vez, estenderam essas redes para o Peru e Colômbia. A população Kokama, em solo colombiano, é estimada em 3.221. As redes Kokama são muito mais intensas em direção ao Peru que no sentido colombiano. Todavia, a de ressaltar que essas redes se estendem em direção a Manaus, e tem como ponto de referência as diversas cidades situadas às margens do rio Solimões. As redes étnicas e as redes políticas são percebidas em duas dimensões. A primeira é fortemente marcada pelo parentesco, que permite criar e recriar os vínculos culturais e as outras fomentadas pelas associações indígenas e pelo próprio parentesco, portanto, são duas ordens: a cultural e a política, que estão imbricadas, interligadas e compõem um sistema mais amplo.

Os Kokama, em particular, passaram a redefinir suas estratégias étnicas em decorrência do intenso contato com as sociedades nacionais. Dentre essas estratégias está a articulação política via organizações Kokama sediadas nos municípios e o diálogo com parentes dos Estados peruano e colombiano. Os Tikuna, em destaque, como dito anteriormente, foram o primeiro povo a criar o protagonismo indígena em bases formais com o intuito de ter um canal de diálogo como o Estado (Garcês 2014); em seguida entraram neste circuito os povos do Vale do Javari e os Kokama.

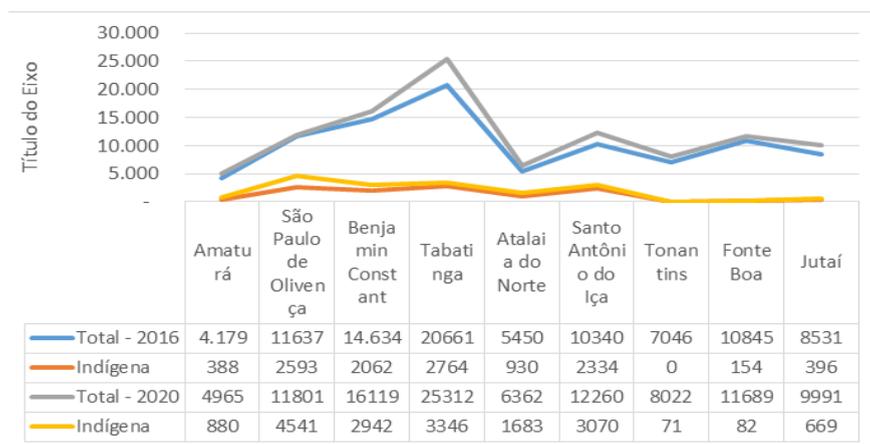
Os programas de transferência de renda incrementados no governo Lula (2003-2011) dinamizaram a relação entre os indígenas, o poder público e o comércio da região. Por seu turno, o objetivo maior dos programas era de minimizar a situação de extrema pobreza, pois, a região é destacada no Mapa da Fome no Brasil estando em situação crítica. Silva (2015) em artigo intitulado *A crônica da pobreza e a pobreza crônica* apresenta dados referentes aos fluxos de recursos que foram aportados nas cidades localizadas na faixa de fronteira e sinaliza com a perspectiva de se ater para a concentração de renda em vários municípios da região.

As ações do Poder público federal, em articulação com os Poderes municipais da região nos últimos 13 anos, fomentaram três situações, a saber: a) inserção maior de famílias no Cadúnico, e por extensão, a inserção maior de famílias nos programas de assistência social, em destaque no Programa Bolsa Família (PBF). Sobre o PBF, Aguilera (2020) analisando dados sobre o referido Programa no Amazonas observa o crescimento de famílias indígenas beneficiadas por este programa. A partir da ampliação de famílias no PBF, a economia da região do Alto Solimões recebe um aporte maior de recursos financeiros que impacta diretamente o comércio e, por fim, as ações de inserção de pessoas no Cadúnico, em destaque, as famílias indígenas, e acompanhadas com a emissão de documentação básica, dentre elas, o título de eleitor, todavia, o acesso à documentação ainda permanece como desafio a ser superado, e há um número expressivo de indígenas que não estão no banco de dados do TRE-AM na condição de eleitor.

### **Os indígenas e o mercado eleitoral na microrregião do Alto Solimões**

“Nossas cidades são uma malha política”, assim expressa Karl Deutsch ao discorrer em um artigo sobre *A Natureza da Política* (Deutsch 1984). As cidades do alto Solimões e o mercado eleitoral em que se produz, circula e consome bens políticos partidários, situam-se na semiótica destacada por Deutsch. No mercado eleitoral instalado para as eleições de 2016 na Microrregião do alto Solimões, os partidos, em um total de 24 das mais variadas vertentes ideológicas lançaram candidaturas municipais e em 2020, esse número foi de 21. Nas três últimas eleições municipais, os indígenas passaram a participar mais densamente desse mercado na condição de eleitor e de candidatos a vereador. Com este feito, redefiniu-se a inserção dos indígenas no campo político partidário e no sistema cultural político da região. A ideia em relação a este sistema assenta-se na premissa que as eleições mobilizam um conjunto de valores e sentidos cujo voto na democracia representativa expressa referências culturais como também deflagram aspectos da cultura política (Amorim 2006). Assim, os votos analisa-

dos, por exemplo, indicam que em alguns municípios, os votos dos indígenas foram decisivos para eleger indígenas vereadores e vereadores não indígenas. Essa tendência a identificamos em São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tabatinga, Atalaia do Norte.



**Gráfico 1:** Tendências de votos para vereadores na Microrregião do Alto Solimões - 2016/2020. Fonte: (Repositório do TRE-AM, eleições 2016 e 2020 - dados agregados)

Os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá são os maiores colégios eleitorais da região. Em 2020, 67.637 eleitores creditaram seus votos a candidatos a vereador (Gráfico 1) e são os municípios de maior presença indígena na região com 79.958 pessoas autodeclaradas a alguma das 11 etnias da região. Desses municípios, conforme veremos adiante, em São Paulo de Olivença, os indígenas têm atuação destacada no campo partidário.

Em relação aos partidos há os que mantiveram seus diretórios nos municípios. Em Tabatinga e São Paulo de Olivença os têm em maior número. No segundo município, como dito anteriormente, a participação indígena é expressiva tanto como eleitores e representantes na câmara municipal; bem como em canalizar votos para indígenas e em

menor proporção, para os não índios. Isso reforça a hipótese da força política que os indígenas assumem no município. O foco da nossa análise recai sobre o ato de votar dos indígenas, todavia, compreender a dinâmica da agregação dos votos aos partidos nos permite situar a dinâmica dos partidos, a composição indígena na formação nos quadros partidários e seus efeitos eleitorais.

No mercado eleitoral de 2016 na Microrregião do Alto Solimões foram lançadas 883 candidaturas, desse total o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB lançou 84 e o Partido Republicano da Ordem Social-PROS 72. Os candidatos a vereador dos partidos captaram 70.863 votos. O Partido Social Democrático-PSD, com 12,84%, PMDB com 10,47% e o PROS, com 8,20%, assim foram as forças políticas que mais detiveram votos, os demais partidos ficaram abaixo de 7,40%. Os três partidos citados tinham como ‘coronéis políticos’ ex-governadores, estes se valendo da máquina pública, do clientelismo e do patrimonialismo, e em alianças com os poderes locais, direcionaram ações estatais, visando ampliar as bases partidárias na região. Os indígenas não ficaram imunes a essa ação política, fato que se observa a partir dos números de indígenas candidatos a vereador por esses partidos e os votos captados nas duas últimas eleições municipais. Assim, os partidos políticos, conforme destaca Galvão (2016:45), “[...] atuam de maneira determinante nas três arenas fundamentais da democracia representativa: eleitoral, parlamentar e governamental [...]”.

Os indígenas da Microrregião do Alto Solimões concorreram em 2016 com 80 candidaturas às vagas de vereador por uma das 20 agregações partidárias. Esse total corresponde a 9,06% das candidaturas totais. Os partidos que mais lançaram indígenas candidatos foram Partido Trabalhista Nacional-PTN (10), PSD (09), PROS (08) e o Partido da Social-Democracia Brasileira-PSDB (07). Das forças políticas que mais capitalizaram votos na região, somente dois, o PSD e PROS, elegeram indígenas para as Câmaras Municipais.

Os votos captados pelos candidatos indígenas na eleição de 2016, proporcionalmente, representam 10,46% do total de votos válidos

para vereador. Situando os votos em relação aos votos dos partidos os quais estavam filiados, verificamos que 2,15% dos votos do PSD, 1,26% dos Democratas-DEM e 1,24% do PMDB, foram captados pelos indígenas. Estabelecendo comparação entre as candidaturas indígenas fica patente que o PMDB ao lançar 03 candidatos e retiveram 882, sendo o mais eficiente na captação de votos, em média 294 votos por candidatos; o PSD lançou 09 candidatos e, em média, seus candidatos indígenas obtiveram 169 votos.

Na eleição de 2020 para vereador dos 09 municípios que compõem a região em fluxo de reflexão, os partidos, em um total de 22, dois a menos que a legislatura municipal de 2020, lançaram 966 candidatos a vereador. O Partido Progressista (PP) e o Partido Social Cristão (PSC) lançaram os maiores números de candidaturas. O primeiro lançou 119 e o segundo 116. Neste pleito foram captados 90.444 votos, 21,65% a mais que os votos de 2016. Seis partidos detiveram 68,0% do total dos votos, sendo eles, o MDB, Republicanos, Partido Liberal-PL, PSD, PSC e PP, destaque para este último que captou 16.471 votos. O PSC é atualmente o partido do governador do estado eleito em 2018. O PP e o PSC na eleição de 2020 canalizaram os votos de partidos que saíram do cenário político na região, tais como o Partido Republicano Progressista-PRP, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro-PRTB, PTN, Partido Trabalhista Cristão-PTC, e parte do PROS, e de outros que ficaram diminutos como o DEM.

No pleito de 2020 os partidos lançaram 133 candidatos indígenas e receberam 2.676 votos, aumento de 60,15% em relação a 2016. Esses votos representam 13,44% do total dados aos candidatos a vereador na Microrregião do alto Solimões. Dos seis partidos que obtiveram os melhores desempenhos eleitorais em 2020, o mais beneficiado em termo de captura de votos pelos indígenas foram o PSD com 33,94%, em seguida o PMDB com 23,89%, o PP, com 15,99%, e por fim, o PSC com 10,55%. Os votos captados pelas candidaturas indígenas representam 9,48% do total dos votos válidos para as candidaturas para o cargo de vereador. No mercado eleitoral, a força política na região ficou circuns-

crita a legendas de dois ex-governadores e um governador, porém, o PP, uma legenda que não faz parte dessa ordem e com menos entradas dos votos indígenas, passou a ser uma das forças políticas.

Procedendo a análise comparativa entre os dois pleitos destacados acima, o PSC foi o partido em que os candidatos indígenas cresceram na captura de votos. Em 2016 os indígenas filiados ao citado partido receberam 2,2% dos votos dados aos candidatos e na eleição seguinte, esse percentual chegou a 10,55 o PMDB/MDB captou 11,88% e ampliou para 30,13%, e por fim, o PSD, ficou relativamente estável em média com 17,21%.

Em 2016, 09 partidos agregaram as candidaturas indígenas; em 2020 esse número chegou a 08. As candidaturas indígenas em 2016 chegaram a 101, desse total, 11 indígenas foram eleitos vereadores. Na eleição de 2020, 180 candidaturas foram registradas, e 16 indígenas foram eleitos. Os partidos PR/PL e PROS mantiveram os números de vereadores indígenas ao elegerem 01 cada. O PSD, em 2016 tinha em sua fileira 01 vereador indígena e em 2020, passou a ter 05; o PMDB/MDB que em 2016 tinha 3, passou a ter dois em 2020. Os dados indicam dois movimentos. Primeiramente, os indígenas tiveram votos suficientes e, que dentro da regra do jogo eleitoral, foram contemplados; o segundo indica que seus votos também agregaram para eleger candidatos não indígenas.

Dos 09 municípios da Microrregião do alto Solimões, um deles, Atalaia do Norte, foram eleitos 06 indígenas para a Câmara Municipal nas duas eleições em análise. Benjamin Constant passou a ter 01 representante; em Santo Antônio do Içáe São Paulo de Olivença, ampliou em uma vaga a participação de indígenas nas Câmaras dos respectivos municípios, passando de 03 para 04 no primeiro e noutro, de 04 para 05. Já o município de Tabatinga, que contava em 2016 com 01 representante, passou a ter 04 em 2020. Destaque: uma mulher indígena vereadora.

Em Tabatinga, no mercado político eleitoral de 2020, estavam em disputa 15 vagas à Câmara Municipal para as quais concorreram 206

candidatos. Direcionaram seus votos para os candidatos a vereador, 25.312 eleitores. Dos candidatos que concorreram, 14 auto se declararam indígenas; em outro termo, 6,8% dos candidatos. A população indígena do município é estimada em 30.115 pessoas (IBGE 2010) e a população do município, em 67.181 habitantes (IBGE 2020). Os eleitores indígenas aptos a votar em 2020 corresponderam a 8.581, esse número expressa a força que tem o voto indígena no município, o que os levam a ser peças-chave no mercado eleitoral.

No município em pauta, os candidatos indígenas a vereador, em 2020, receberam 3.346 votos, ou 13,2% dos votos válidos. Em relação a 2016, em que concorreram 17 candidatos foram 2.764 votos, o que correspondeu a 13,38% do total de votos. Em análise, não há disparidade significativa entre o número de candidatos e a captação de votos nas duas ondas eleitorais, mesmo com a ocorrência na redução de 2,88% na captação de votos. Percebemos a ocorrência de um refluxo, no entanto, não há indicativo de redirecionamento do sentido do voto dos indígenas para candidaturas indígenas, porquanto uma parcela significativa de indígenas votou em candidatos indígenas, e a isso denominamos de voto étnico de natureza centralizada com refluxo étnico de baixa densidade, em comparação com os votos dos vereadores não indígenas eleitos em Tabatinga. A dinâmica positiva dos votos dos indígenas nas duas ondas indica que há a “cultura resistente” do voto e observamos a existência de uma tendência centrada no valor do Poder que o voto representa e significa, direcionada aos não índios. Esse valor expressa a ação extrínseca que atua sobre indígenas, pois, dos 8.581 eleitores indígenas aptos a votar, os candidatos indígenas a vereador receberam menos de 50% dos votos, o que indica o Poder político através mecanismos, dentre eles o patrimonialismo tutelar tem “a capacidade de realizar efeitos através de seus atos” (Villoro 2007).

Ressaltamos que nossa análise recai, neste momento, sobre os votos recebidos pelos indígenas em relação aos votos dos não indígenas. Há ciência de nossa parte que uma análise mais acurada deveria levar em consideração os votos de todos os indígenas aptos a votar, todavia,

como não há informação no repositório do TRE-AM sobre eleitores indígenas fora das Terras Indígenas, novamente, centramos-nos somente em votos recebidos pelos que se autodeclararam indígenas e concorreram ao cargo de vereador.

Os votos recebidos por candidaturas indígenas em 2020 e conforme a regra eleitoral vigente garantiu 04 indígenas na Câmara Municipal de Tabatinga. Em 2016 foram 03 assentos para os indígenas. Neste pleito, em média, os indígenas captaram 3,73% dos votos contra 2,52% de 2020. A princípio, creditamos a mudança na regra eleitoral e a manutenção da inserção dos indígenas em motivar seus parentes a votar em candidaturas indígenas e o desempenho dos partidos, onde estão filiados, garantiram a eleição para a Câmara Municipal de indígenas. Assim, podemos considerar que se efetiva ao compararmos as duas últimas eleições para vereador, o que denominamos de voto étnico, ou seja, quando um parente vota em parente. Esta categoria é acionada pelos indígenas ao se referir aos indígenas da sua etnia ou de outra etnia.

O município de Benjamin Constant é o segundo maior colégio eleitoral da Microrregião do alto Solimões, neste a população indígena é estimada em 20.404 pessoas. Neste colégio eleitoral um indígena da etnia Tikuna. No pleito de 2020, 7.520 eleitores indígenas estavam aptos a votar, e 16.119 eleitores creditaram votos em candidatos a vereador no município. Os votos dados aos indígenas corresponderam a 16,8% desse total. Estavam em disputa 13 vagas para a Câmara Municipal para as quais concorreram 167 postulantes ao cargo de vereador, desse total, 39 eram de candidaturas indígenas, o que representou 22,3% do total de candidatos. Em comparação com a eleição para Câmara Municipal em 2016, para qual concorreram 23 indígenas, ocorreu o aumento de 58,97% em relação a 2020. Essa ampliação de candidatos está em consonância com maior captação de votos pelos candidatos indígenas; em termos percentuais o índice alcançou 29,91%. Em comparação com a eleição de 2016, os indígenas receberam 2.062 votos contra 2.942 em 2020. Esse aumento redundou no

acesso de 01 indígena à Câmara Municipal, trata-se de Sildomar Felix de Almeida, da comunidade Feijoal, eleito pelo PSOL. Em 2016 os indígenas não obtiveram assento no parlamento municipal de Benjamin Constant. A referida comunidade, em 2012, garantiu a eleição de dois vereadores indígenas Ofir Aiambo e Davi Félix Filho.

Em análise os números, estes evidenciam que em relação a Tabatinga, os indígenas de Benjamin Constant foram mais incisivos em creditar votos para candidatos indígenas em 2020, e no mesmo pleito, foram também incisivos em lançar um maior número de candidatura indígena, o que nos induziu a perceber que isso favoreceu a captação de votos pelos candidatos indígenas, mas, ao contrário de Tabatinga, os votos atingiram índice de 1,68%, que garantiu pela regra eleitoral apenas uma vaga para a Câmara. Notamos que em Tabatinga a quantidade de candidatos é em menor escala que Benjamin Constant, favorecendo assim à não dispersão dos votos entre os indígenas. Além disso, os candidatos não indígenas sem expressão eleitoral que concorreram não angariaram votos que permitissem o partido atender a regra eleitoral para eleger vereador.

Um dado se sobressai ao observarmos os eleitos para as Câmaras dos dois municípios em tela, a saber, a eleição de duas mulheres indígenas. Os votos dados a elas corresponderam a 32% dos votos recebidos pelas candidaturas indígenas de Tabatinga. A participação de mulheres na eleição é inferior à dos homens. Em Benjamin Constant uma candidata mulher conseguiu 245 votos, o que corresponde a 1,68% dos votos válidos; para as condições e a situação das mulheres indígenas, é um bom começo para quem entra nesse mercado eleitoral. O comportamento eleitoral dos indígenas nas duas cidades, em análise, indica um contraponto em relação ao direcionamento dos votos dos indígenas. Vejamos. Nos municípios destacados, a população indígena é expressiva, tal como é expressivo os eleitores indígenas aptos a votar. Isso nos induz a percebermos que a dinâmica social, econômica e política movida pelos poderes locais conseguem obter êxito ao diluir o horizonte étnico dos indígenas em sua busca de ocu-

par o parlamento. Todavia, proporcionalmente, esse efeito é maior em Benjamin Constant em relação a Tabatinga, no qual identificamos um movimento mais centralizado e menos fluído na captação de votos indígenas pelos indígenas.

São Paulo de Olivença é o terceiro colégio eleitoral da região e estavam aptos a votar 6.670 indígenas na eleição de 2020. Para vereador, 13.939 eleitores creditaram votos para um dos 103 candidatos. Desse total, 39 autós se declararam indígenas, esse número representa 36,9% do total. A quantidade de candidatura indígena, em média, é superior a Benjamin Constant e a maior da Microrregião do alto Solimões. A população indígena é a terceira maior da região e corresponde a 29.439 pessoas (IBGE 2010). Em comparação com a eleição de 2016, houve um aumento de 50% de candidaturas indígenas. No município em tela estavam em disputa 09 assentos para o parlamento municipal, os indígenas ocuparam 05 cadeiras e obtiveram um total de 5.369 votos, o que equivale a 35,5% do total dos votos válidos para vereador. No pleito de 2016, foram lançados 21 candidatos, captaram 2.593 votos e elegeram 04 vereadores. Nas duas eleições, em análise, percebemos que os indígenas mantiveram a sua força política eleitoral.

Em análise comparativa, os números de São de Olivença em relação a Tabatinga, notamos que os partidos lançaram mais do que o dobro de candidaturas indígenas em Tabatinga, e conquistaram o mesmo número de assentos, 04. Em São Paulo de Olivença, os indígenas captaram em média 3,38% dos votos, um candidato obteve 5,22% dos votos. Reiteramos o pressuposto que a captação de votos indígenas pelos candidatos eleitos e o desempenho do partido a qual o candidato está filiado contribuiu para a eleição de vereadores indígenas. E em relação a Benjamin Constant, constatamos o mesmo número de candidatura de São Paulo de Olivença, 39; o resultado, no entanto, foi desproporcional em termos comparativos. Creditamos a isso o fraco desempenho dos partidos aos quais estão filiados os candidatos indígenas e a não concentração de votos em torno dos candidatos, ocorrendo como dito antes, a pulverização dos votos. Analisando a

captação de votos em São Paulo de Olivença, diferentemente dos dois municípios citados, notamos avanço sistemático de direcionamento de votos de indígenas em indígenas o que resultou na ampliação da participação de indígenas na Câmara municipal. Todavia, a de ressaltar que esse avanço, apesar de significativo, não foi o bastante para equilibrar em termos proporcionais, a força política da representação visto que um número expressivo de indígenas direciona seus votos para candidaturas não indígenas.

O quarto colégio eleitoral da Microrregião do alto Solimões é Santo Antônio do Içá. Na última eleição para vereador, 12.260 eleitores depositaram seus votos nas urnas para um dos 106 candidatos. Os eleitores indígenas aptos a votar corresponderam, em 2020, a 2.893. Os candidatos indígenas com 24 candidaturas representaram 22,6% do total. É o terceiro município da região em que os votos dos indígenas em candidatos se apresentaram expressivos, ficando atrás apenas de São Paulo de Olivença e Atalaia do Norte. A população indígena no município é estimada em 12.306 pessoas (IBGE 2010). Em relação às candidaturas, elas receberam 3.070 votos, ou 25,0% dos votos válidos, e conquistaram 04 assentos de um total de 11 que estavam em disputa, contra 03 vagas de 2016. Os eleitos, em 2020, alcançaram em média 3,3% dos votos válidos e seus partidos tiveram bom desempenho no pleito. Aliado a isso, ocorreu a concentração de votos indígenas em candidaturas indígenas. Em Santo Antônio do Içá, segue a mesma tendência observada em São Paulo de Olivença. Em comparação, as candidaturas indígenas para o pleito de 2020 cresceram 54,17% em relação a 2016, na ocasião foram lançados 13 candidatos. Colocados em comparação à captação de votos dos dois pleitos, percebemos o aumento em 23,97% em relação à eleição de 2020. Em primeira mão, observando os votos recebidos pelos indígenas para vereador e os eleitores indígenas aptos a votar em 2020, notamos certo descompasso, a quantidade de votos recebidos pelos indígenas é maior que os eleitores indígenas. Aqui reside um dos obstáculos para análises mais detidas sobre o voto de indígenas, ou seja, uma parcela significativa de

indígenas reside em bairros e comunidades situadas em áreas urbanas e o banco de dados do TRE-AM não oferece informação sobre esse eleitorado, há somente indicação de indígenas em Terras Indígenas. Em Santo Antônio do Içá, há indígenas Kokama vivendo em comunidades localizadas em áreas urbanas, São José e São Cristovão indicam essa situação (Corrêa Rubim 2016). Em relação à mobilidade étnica dos votos ao realizarmos comparação entre as duas ondas eleitorais, percebemos o direcionamento do voto no município em tela tal como em São Paulo de Olivença para as candidaturas indígenas de forma mais centrada, evitando a fluidez para candidaturas não indígenas, confirmando assim o pressuposto de termos um voto étnico.

O município de Fonte Boa é o quinto colégio eleitoral da região em pauta, em 2020 e estavam em disputa para a Câmara Municipal, ou seja, 11 assentos. Os partidos lançaram 150 candidatos e 11.689 eleitores escolheram vereadores para a legislatura de 2021/2024. A população indígena do município é estimada em 1.782 pessoas (IBGE 2010). Os eleitores indígenas aptos a votar em 2020, conforme dados do TRE-AM, correspondeu a 159. Foram lançadas 02 candidaturas indígenas para vereador, contra 04 na eleição de 2016. Os votos em candidatos indígenas na última eleição atingiram o número de 82 votos contra 154, de 2016.

A participação indígena na disputa eleitoral por vagas no parlamento do referido município é incipiente. Ao contrário dos municípios em que a captação de votos por candidatos indígenas entre os eleitores indígenas mantém certa regularidade, neste município ocorreu o decréscimo de voto em candidatos indígenas e no número de candidaturas. Em termos comparativos, o quadro político de captação de votos de eleitores indígenas é superior aos votos captados pelos indígenas em Tonantins em 2020, em outros termos, não há registro de eleitor indígena.

O município de Jutai é o sexto colégio eleitoral. Em 2020, 9.991 votos foram dados aos 99 candidatos a vereador, que disputavam 11 vagas para a Câmara Municipal. A população indígena é estimada

em 5.549 pessoas. Os indígenas lançaram 07 candidatos contra 04 na eleição de 2016. Nesta eleição, 396 votos foram dados aos referidos candidatos. Uma observação se impõe, não há registro de eleitores indígenas aptos a votar em 2020, no repositório do TRE-AM. Em 2020, as candidaturas indígenas receberam 699 votos. Esses representaram 7,8% do total dos votos válidos; em 2016 esse número chegou 4,04%. Em Jutai como Fonte Boa, não houve indígenas eleitos para o parlamento. Os votos de indígenas em candidaturas indígenas têm crescido de uma eleição para a outra, todavia, em relação a Tonantins e Fonte Boa, os índices de Jutai são melhores. O candidato indígena melhor posicionado obteve 2,02% dos votos, e seu partido teve um bom desempenho eleitoral e elegeu 03 vereadores. Em relação aos votos indígenas, ocorreu a pulverização em vários candidatos, destacamos oportunamente, que os candidatos indígenas, mais bem posicionados, três são do mesmo partido.

Tonantins é o sétimo colégio eleitoral da Microrregião do Alto Solimões. Na eleição para vereador em 2020, concorreram 84 candidatos e 8.082 votos foram creditados para os candidatos a vereador nas urnas, sendo eleitos 11 vereadores. 03 candidatos indígenas concorreram e obtiveram 71 votos. As candidaturas indígenas representaram 0,9% do total dos votos válidos. Destacamos que a população indígena no município em tela é estimada em 6.998 pessoas e os eleitores indígenas aptos a votar em 2020 era de 621. Na eleição passada, não identificamos candidaturas indígenas. Os indígenas no município destacado deram impulso a participar do mercado eleitoral com candidaturas em 2020.

O oitavo colégio eleitoral é o município de Atalaia do Norte. Em 2020, concorreram 99 candidatos às 11 cadeiras no parlamento municipal. Foram creditados aos candidatos 6.362 votos. Desse total, 1.683 foram dados a 19 candidatos indígenas. Em comparação com 2016, esse número representou 21,3% das candidaturas. Em relação aos votos, eles representam 26,5% do total de votos válidos das eleições de 2020. Neste ano, os indígenas aptos a votar corresponderam

a 1.606. Em 2016, os indígenas receberam 930 votos e lançaram 09 candidatas. Esse número representou 8,49% das candidaturas lançadas no referido pleito. A dinâmica indígena no processo eleitoral, em lançar candidatura, segue a lógica dos principais colégios eleitorais. É terceiro maior índice de votos indígenas em relação ao total de votos válidos, ficando atrás apenas de Santo do Içá e São Paulo de Olivença, o que demonstra o envolvimento dos indígenas no processo eleitoral na condição de eleitor e de candidatas. Os dois candidatos eleitos obtiveram em média 3,13% dos votos válidos e seus respectivos partidos tiveram bom desempenho na eleição de 2020. Há de se destacar ainda que dos votos dos municípios em análise, os votos dos indígenas a vereadores em Atalaia do Norte é o que mais se aproxima dos eleitores indígenas aptos a votar. Há uma clara manifestação étnica no ato de votar dos indígenas do referido município em análise, e indicando também que a pluralidade étnica estrutura a unidade étnica em vista de ter representante indígena no parlamento.

Amaturá é o menor colégio eleitoral da Microrregião do alto Solimões. Em 2020, compareceram e depositaram votos em um dos 87 candidatos a vereador, 4.965 eleitores, desse total 880 foram para os 28 candidatos indígenas, ou seja, pouco mais de 50% dos indígenas votam em candidatos indígenas. Esse, em termos proporcionais, é o segundo melhor desempenho na captura dos votos étnicos na região, o primeiro como dito acima situa-se em Atalaia do Norte. Em 2020, estavam aptos a votar 1.669 indígenas. A população no município é estimada em 4.620 indígenas. As candidaturas indígenas comparadas com a eleição para vereador de 2016 sofreram um acréscimo, passando de 10 para 28, em 2020. Notamos ao compararmos os pleitos que há tendência em dinamizar a participação indígena na condição de eleitor e de candidato.

Para finalizar de forma provisória. O fluxo e o intercâmbio dos indígenas entre os municípios da região do Alto Solimões sempre foi intensa em função das demandas políticas capitaneadas pelas organizações e associações indígenas, e isso influi diretamente na inserção

de indígenas no mercado político eleitoral da região. Em Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, o movimento indígena atua fortemente na mobilização dos indígenas. Nos dois primeiros, o protagonismo Tikuna é intenso, e no outro município, não há uma etnia preponderante, todavia, a uma forte aliança entre os povos indígenas. Em São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá e Tonantins os indígenas Tikuna e Kokama fazem valer o protagonismo político. Desses municípios, em Tonantins esse protagonismo começa a amadurecer, tal como em Jutai e em Fonte Boa.

### **E agora parente? Conclusão preliminar**

Para uma análise centrada no comportamento eleitoral na Microrregião do alto Solimões, a partir dos números do mercado eleitoral nas últimas eleições para vereador, é de sua importância relacionar e compararmos os contextos; cada caso é um caso e cada município é um município. Isso deve ser observado para situarmos e compreendermos a dinâmica eleitoral mediada pelo ato de votar dos indígenas.

Visando atender a demanda exposta, observamos como profícuo adotar para fins de análise problematizar o objeto tendo em vista a questão cognitiva e as racionalidades, articulando-as aos pressupostos das culturas políticas e das culturas. Essas, em nossa perspectiva, orientam as ações performativas e prescritivas do referido comportamento.

Vamos aos contextos para situarmos o comportamento eleitoral. Estudos historiográficos e antropológicos apontam as tentativas de instituições religiosas e estatais em demarcar e controlar as ações dos indígenas ao impor a estes princípios e uma ética pautada em bases ocidentais. Esse controle tutelar pauta-se na concepção que o outro, neste caso, os indígenas, são incapazes em atender as demandas do mundo ocidental, pois, se o contato era inevitável, o justo era ter alguém para tutelá-los, protegê-los.

Em um primeiro momento da história do contato, a ação tutela religiosa visava à cristianização dos indígenas, e posteriormente à nacionalização destes. Não há como negar que os impactos dessas ins-

tituições ainda se fazem sentir no universo indígena e têm reflexo nas atitudes destes em sua relação com a população não indígena da região e com as instituições. Atitudes essas geradas pelo controle e o autocontrole, agregando subsídios objetivos e subjetivos engendrados por um processo civilizador (Elias 1993) e, ao mesmo tempo, fomentaram respostas dos indígenas à cultura de dominação, em destaque, a dominação burocrática e simbólica, estas gestadas pelas instituições citadas. A atitude se manifesta na adesão dissimulada e/ou efetiva de muitos indígenas ao professarem credos de religiões de tradição judaico-cristã e credos nacionalistas. Ainda em relação à tutela, esta criou/cria as bases que estruturam as atitudes, e a entendemos como fruto da Conquista, na medida em que se consolidava o Poder tutelar estatal. Essa conquista como modalidade de guerra, subsequentemente promoveu, principalmente, a partir das instituições, um grande cerco de paz; saíam-se da guerra e entrava na *pax romana* (Souza Lima 1995).

As instituições citadas têm diferentes missões, todavia, apresentam estruturas prescritivas centradas em hierarquias e se orientam pelos princípios do mundo Ocidental, e para isso criaram e difundiram o que Weber designa como “visão de mundo”, do mundo Ocidental, construíram estruturas objetivas que geraram disposição para desenvolver os processos de exclusão e inclusão de indígenas ao mundo não indígena, criando assim as bases ideológicas e dicotômicas de que há índios civilizados e primitivos, índio cristão e índio pagão, índio verdadeiro e os “não mais índio”; o lugar de índio e o lugar do índio, estruturando, assim, uma relação performática em relação aos indígenas quando lhes interessava.

O ordenamento político-brasileiro centrado em bases democráticas garante, mas não dá a garantia efetiva do multiculturalismo e da pluralidade no campo da representação política, visto que, o Estado nacional brasileiro ainda não superou a ideia unicista de nação e de tutela. Visando adentrar nesse contexto, os indígenas procuram se inserir no diálogo com os poderes locais, em destaque, na esfera das estruturas estatais municipais, acolhendo, reproduzindo e

desenvolvendo o espírito de Estado, mesmo, em muitos casos, não estando participando diretamente da estrutura estatal, pelo qual se constroem as bases cognitivas que dão vazão ao mundo social e político (Wacquant 2005).

É esse espírito que move os indígenas a saírem sem as evidências da realidade política que organiza o Poder do Estado, via partidos políticos. Por sua vez, as estruturas políticas desestruturam e/ou redefinem os projetos e a autonomia política pautada na dimensão étnica. Os projetos indígenas são moldados em projetos políticos indigenistas. A experiência de luta dos indígenas contra o Estado é de longa data e a experiência de luta dentro da estrutura de Estado é recente.

O processo eleitoral em um Estado democrático garante, via parlamento em que há outras vias, o diálogo permanente com os poderes estatais. Todavia, no jogo político eleitoral em que o poder burocrático demarca o campo político, abre espaço para a (re) afirmação do clientelismo e do patrimonialismo tutelar com o objetivo de pulverizar a unidade étnica, através da implantação da ideia de visão e divisão no sentido dado por Pierre Bourdieu. Isso fica patente ao observarmos o caleidoscópio de partidos que no plano ideológico são contrários às demandas indígenas e atuam no plano local absorvendo lideranças indígenas. Esse diálogo no jogo político assenta-se em relações assimétricas canalizadas pelo simbólico e o político, que “funcionam em grau significativo nas práticas de poder”, e o clientelismo e o patrimonialismo tutelar são as práticas de uma cultura e das culturas políticas da região do alto Solimões.

Analisando a agregação dos votos dados aos indígenas, é visível que em alguns municípios, a exemplo, São Paulo de Olivença, cujo eleitorado indígena proporcionalmente é significativo em relação aos demais municípios, muitas comunidades creditaram nas duas últimas eleições votos a candidatos indígenas que em média é igual e/ou superior aos votos recebidos pelos não indígenas. O referido fato despertou interesse imediato dos partidos em querer contar com a “participação” de indígenas em seu quadro de filiados.

O aumento da participação indígena como eleitor no plano político advém de uma ação pública intensiva e extensiva coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no governo Lula. No Amazonas, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SEAS-AM), em parceria com as secretarias de assistência sociais dos municípios, criaram estrutura para a realização de busca ativa de pessoas que se encontravam fora do CadÚnico, em destaque, as famílias indígenas. O efeito direto dessa ação foi a inserção de famílias indígenas ao Programa Bolsa Família. Todavia, como a inserção dependia em primeira instância em dar acesso a essa população à documentação básica, dentre essa documentação o título de eleitor. Com esse documento em mãos, os indígenas passaram a se constituir em peças-chave para que os partidos saíssem “em correria”<sup>6</sup>, não fugindo dos índios, mas atrás deles.

Como cada município é um contexto e apresenta uma situação. Neste caso, especificamente na região do alto Solimões, o mercado eleitoral é entrecruzado por vários contextos e assume peculiaridades transitórias ou não; em alguns municípios ao realizamos a comparação dos votos recebidos pelos candidatos indígenas, notamos oscilação entre um pleito e outro de forma dispare, foi o caso de Jutai. O comportamento eleitoral dos indígenas em Tabatinga e Benjamin Constant, que aparentemente estão no mesmo platô político. A maioria dos indígenas desses municípios é Tikuna, todavia, as respostas e/ou retorno as demandas políticas eleitorais centradas no voto foram diferentes. Em Tabatinga o voto étnico foi centrado em candidatos indígenas, e em Benjamin Constant, ele foi pulverizado, indígenas votaram maciçamente em não indígenas, enquanto em Tabatinga o voto étnico foi centrado e em Benjamin Constant ele foi pulverizado. Essa situação pressupõe que os indígenas não ficaram imunes à transversalidade da dinâmica de capturas adotadas pelos partidos; como a oferta partidária foi grande nos dois pleitos, a maioria dos partidos se filiou e lançou candidaturas indígenas.

Notamos, a partir dos dados, que em todos os municípios se desenhou um *modus operandi* que partiu de agentes dos partidos em conexão com estruturas que dominam as instâncias partidárias, os ‘coronéis políticos’. Ao acessarmos os números de votos recebidos por alguns partidos e relacionando-os com a figura de ex-governadores e do governador do dia, notamos que esses partidos se constituíram em forças políticas. Porém, o campo indígena como atestam os números, os votos, coloca em perspectiva a disseminação dos votos indígenas em dois segmentos: os votos adjetivados de votos étnicos e os votos transferidos para o não étnico, ‘a voz indígena não indígena’. Os votos étnicos quando lançados exprimem, além da natureza étnica, o desejo de ter um representante indígena no parlamento e no poder executivo estatal. Todavia, a dissolução do poder do voto quando este é projetado sem que se tenha um projeto político de poder, em outros termos, que se tenha um projeto político articulado, poderão fragmentar a unidade expressa no ato de votar em candidatos indígenas, diluindo-se assim o voto étnico. Essa falta de unidade política mais ampla em relação ao comportamento eleitoral assentada sobre a base da diversidade étnica, é fracionada pelas forças políticas conservadoras e progressistas, vide o exemplo, do PP e do PT, que sem estarem diretamente na esfera do poder estatal, acionam e mobilizam politicamente e conseguem angariar votos e se constituir como forças políticas no campo eleitoral em certos municípios.

O voto, como analisa e recomenda Loïc Wacquant, não pode ser percebido como um simples instrumento da consolidação do sistema democrático, mas sim, uma “tecnologia social”, a sua aplicabilidade muda de forma profunda as regras tácitas e as regularidades não percebidas do jogo político (Wacquant 2005:28). Portanto, o voto expresso pelos indígenas em candidatos indígenas pode trazer o sentimento que os indígenas, com a eleição de indígenas, sua voz ressoará, isso implica e se torna “[...] urgente a análise do funcionamento do microcosmo da política representativa [...]” (Wacquant

2005:25). O que implica em observar que através do sufrágio se permeia ou não a domesticação do vencido.

Essa domesticação é pertinente e deve ser observada e comparada, mesmo de forma arbitrária, em relação ao contingente indígena dos municípios da Microrregião do alto Solimões. Vejamos o caso de Tabatinga. A população indígena desse município é de 30.115 pessoas (IBGE 2010), a estimativa de 2020 aponta que o referido município tem 67.182 habitantes, em 2020 e o TRE-AM sinaliza 30.111 eleitores. Nota-se que a população indígena é expressiva no município, mas, em resposta à demanda indígena expressa no ato de votar, ao fazermos uma estimativa também arbitrária que 50% da população indígena do município são eleitores, veremos que somente 18% dessa população, ou seja, 2.670 pessoas autodeclaradas indígenas votaram em candidatos indígenas. Isso nos permite ressaltar que 32% do eleitorado está domesticado pelas redes clientelistas e patrimonialistas tutelares, que engendram as estruturas sociais com reflexos nas estruturas políticas, consolidando uma cultura política. Essa estrutura de dominação não é exclusiva de Tabatinga, ela se estende aos demais municípios, a exemplo, de Fonte Boa e Tonantins, em que a presença é expressiva, mas o protagonismo indígena no âmbito partidário é mínimo.

Diante do exposto, notamos movimentos extremante positivos ao analisarmos os votos, a saber, a ampliação de vereadores indígenas eleitos com apoio maciço de eleitores indígenas, Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo do Içá são exemplos; a mobilidade étnica ganhando forma e contornos políticos e adentrando no campo político partidário em Amaturá. Por outro lado, os dados indicam que nos demais municípios as articulações entre lideranças e comunidades precisam ser objetivas e estratégicas, caso venha a ser desejo dos indígenas terem assento no parlamento municipal. Todavia, sem uma perspectiva étnica efetiva, corre-se o risco da categoria étnica que expressa o voto ser diluída no mercado político da região em análise. O voto étnico está consolidado, a natureza étnica no parlamento é uma construção.

## Notas:

<sup>1</sup> Em São Gabriel da Cachoeira, Clovis Curubão, da etnia Tariana, foi reeleito 50,36% dos votos, ou seja, 11.197 dos votos. Ao longo da história do município somente dois indígenas estiveram no comando do poder municipal. Os dados do IBGE (2010) apontam São Gabriel da Cachoeira uma das cidades de maior presença indígena do país.

<sup>2</sup> Os indígenas [...] (2012).

<sup>3</sup> Sobre a inserção de Mecias Sateré no campo político partidário, ler: ALVAREZ, Gabriel O. À espera do Mecias: Lideranças não-tradicionais de orientação política. In: Satereria: Tradição e política Sateré-Mawé. Manaus, AM: Editora Valer, 2009. p. 171-194.

<sup>4</sup> Além da etnia Tariana, no município há outras 22 etnias, vinculadas às famílias linguísticas Yanomami, Aruak, Nheegatu, Tukano e Maku. A Lei Municipal de N.º. 145/2002, oficializou três línguas indígenas, a saber, baniwa, tukano e nheengatu, e recentemente a língua Yanomami também passou a ser cooficial. Vide Silva (2013).

<sup>5</sup> Censo Demográfico 2005; Censo Populacional e de moradia 2018.-<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion>

<sup>6</sup> Expressão utilizada em algumas regiões da Amazônia para se referir a fuga de indígenas para a selva no “tempo da Cabanagem”, ou Revolução Cabana 1835-1840.

## Referências:

- AGUILERA, Daniela Gato. 2020. “As famílias indígenas no Programa Bolsa Família no estado do Amazonas de 2013-2017.” In: Rodriguez, José Exequiel Basini; Santos, Daniel Tavares dos; Silveira, Diego Omar da (orgs.). Povos Tradicionais III: Fronteira e Geopolítica na América Latina – Uma Proposta para a Amazônia, pp. 159-182. Rio de Janeiro: Autografia.
- ALBERT, Bruce. 1994. “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami).” In: ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida (orgs.). Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte Amazônico, pp. 239-274. São Paulo: Editora UNESP.
- ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., G. Bingham. 1989. Uma Teoria de Política Comparada. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ALVAREZ, Gabriel O. 2009. Satereria: Tradição e Política Sateré-Mawé. Manaus, AM: Editora Valer.
- ALVAREZ, Gabriel O. 2009. Satereria: Tradição e Política Sateré-Mawé. Manaus, AM: Editora Valer.
- AMORIM, Maria Salete. 2006. Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- ASSEMBLEIAS de chefes indígenas e tutela nos anos 1970: início dos movimentos indígenas no Brasil, e organizações atuais. 2016. Disponível em: <https://historiaeculturaguarani.org/territorialidade/movimentos-indigenas-leis-demarcatorias-e-territorialidade-guarani/assembleias-de-chefes-indigenas-e-tutela-nos-anos-1970-inicio-dos-movimentos-indigenas-no-brasil-e-organizacoes-atuais/>. Acesso em: 30 set. 2023.
- ATALAIA do Norte terá seis vereadores indígenas em 2017. 2016. Jornal de Humaitá/Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/171782>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BENJAMIN Constant (AM): veja quais foram os vereadores eleitos e maiores bancadas. UOL, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-vereador-benjamin-constant-am-resultado.htm>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- BOBBIO, Norberto. 2012. Estado, Governo e Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOURDIEU, Pierre. 2012. “O campo político.” Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, pp. 193–216. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Dispõe da Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convcao169.pdf/view>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BURITY, Joanildo. 2004. Religião e república: desafios do pluralismo democrático. Trabalho apresentado no Seminário Temático “Republicanismo, religião e estado no Brasil contemporâneo”, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG.
- CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. IBGE, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 27 out. 2023.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. 2017 Índios Cristãos: Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial. Curitiba: Editora CR.
- CONGRESSO Nacional promulga Emenda Constitucional sobre demarcação de terras indígenas. 2023. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-07/congresso-promulga-emenda-demarcacao-terras-indigenas>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- CIDADES e Estados. IBGE, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- DEUTSCH, Karl, et al. 1984 Curso de Introdução à Ciência Política: Poder e autoridade. Brasília, DF: Editora da UnB.

- DISTRITO indígena Feijoal em Benjamin Constant tem novo Coordenador. Rádios EBC, Benjamin Constant, 2015. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/reporter-solimoes/edicao/2015-10/distrito-indigena-feijoal-em-benjamin-constant-am-tem-novo>. Acesso em: 30 set. 2023.
- ELEIÇÕES municipais 2020: eleitores aptos, locais de votação e seções por zona e município. TRE-AM, Amazonas, 2020. Disponível em: <https://www.tre-am.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/painel-de-secoes-eleicoes-2020>. Acesso em: 15 set. 2023.
- ELIAS, Norbert. 1993. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. 2014. “A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: As cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).” *Revista Colombiana de Geografia*, Bogotá - CO, v. 23, n. 1, ene./jun. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v23n1/v23n1a09.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- FERREIRA, Marcelo; REINHOLZ, Fabiana. Candidaturas indígenas crescem 88% em 2020: “Não queremos ninguém falando por nós”. *Brasil de fato*, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/12/candidaturas-indigenas-crescem-88-em-2020-nao-queremos-ninguem-falando-por-nos>. Acesso em: 20 set. 2023.
- GALVÃO, Débora Gomes. 2016. Crise de Representação dos Partidos Políticos no Brasil (2000-2005): Uma Perspectiva Comparada. Jundiaí: Paco Editora.
- GARCÊS, Claudia Leonor López. 2014. *Tikunas: Brasileiros, Colombianos e Peruanos*. Belém: Museu Emilio Goeldi.
- GEERTZ, Clifford. 1981. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: Editora LCT.
- INDÍGENAS: povos/etnias. IBGE, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- MOUFFE, Chantal. 2015. *Sobre o Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- MOVIMENTO indígena brasileiro e o novo marco legal. 2021. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias>. Acesso em: 20 set. 2023.
- OCAMPO MUÑOZ, Manuel Gustavo. 2022. “La democracia indígena en América Latina: Experiencias de los procesos electorales de 2021.” *Revista Derecho Electoral*, Costa Rica, n. 33, pp. 185-203, ene./jun. DOI: [https://doi.org/10.35242/RDE\\_2022\\_33\\_11](https://doi.org/10.35242/RDE_2022_33_11). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8461750.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.
- OLIVEIRA, João Pacheco. 1999. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- OLIVEIRA, Lilian Débora Lima de. 2016. *Estado e Políticas Públicas no Vale do Javari: Os Kanamari e o Programa Bolsa Família*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- RUBIM, Altaci Corrêa. 2016. *O Reordenamento Político e Cultural do Povo Kokama: A Reconquista da Língua e do Território Além das Fronteiras entre o Brasil e o Peru*. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

- SANTOS, Roberto. 2019. *História Econômica da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Editora Valer.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- SILVA, Fabiana Sarges da. 2013. *A Lei de Cooficialização das Línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira: Questões sobre Política Linguística em Contexto Multilíngue*. Dissertação (Mestrado em Letras). Manaus: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3995>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. 2015. "A crônica da pobreza e a pobreza crônica." In: Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias; Rodriguez, José Exequiel Basini; Santos, Daniel Tavares dos (orgs.). *Povos Tradicionais, Fronteiras e Geopolítica na América Latina: Uma Proposta Para a Amazônia*, pp. 297-324. Manaus: Valer.
- STOCO, Sávio Luis; RIBEIRO, Ricardo Agum. 2018 O genocídio indígena no rio Putumayo no Peru e o discurso pacificador em filmes de Silvino Santos (1913-1922). In: *História e democracia: precisamos falar sobre isso*, 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: UNIFESP/ Campus Guarulhos. Disponível em: [https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534738779\\_ARQUIVO\\_TextointegralANPUH201811-8-188hrs.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534738779_ARQUIVO_TextointegralANPUH201811-8-188hrs.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.
- VIEIRA, José Maria Trajano. 2016 *A Luta pelo Reconhecimento Étnico dos Kokama na Tríplice Fronteira Brasil/Colômbia/Peru*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- VILLORO, Luiz. 2007. El poder y el valor, In: *Sobre el poder*. Madrid: Tecnos, p. 17-30.
- VOMMARO, Pablo; COMBES, Hélène. 2019. *El clientelismo político: Desde 1950 hasta nuestros días*. Argentina: Siglo XXI Editores.
- WACQUANT, Loïc. 2005. *O Mistério do Ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- ZABLUDOVSKY KUPER, Gina. 1994. *Patrimonialismo y Modernización: Poder y Dominación en la Sociología del Oriente de Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica.

**Municipal Elections, Political Parties and Indigenous Vote.  
Themes and problems regarding the electoral dispute in the upper  
Solimões, Amazonas**

**Abstract:** In this article we chose to discuss the issue of the Kokama indigenous people who live in the upper Solimões region, in communities along the Amazon River and also in Manaus. Specifically, we debated the context and situation to which they were subjected over time. We seek to situate

and highlight state and missionary action in the Amazon River region, in Peru and in upper Solimões, Brazil, with the aim of characterizing political action and the response to this demand created by indigenous people. For that moment, ethnohistorical and anthropological literatures were of paramount importance. Because it is a group of indigenous people, in this case, the Kokama, a group of people that refers to the idea of “mixed”, non-Indian, assimilated, acculturated, we resort to theoretical methodological assumptions that treat these aspects critically, placing them on cognitive lines of perception and interpretation. Thus, the concepts of Context, Situation and Ethnic Borders allowed us to highlight the Kokama political dynamics and State policy. And, finally, demonstrate that Kokama political action is not something random and devoid of a cultural and ethnic dimension.

Keywords: Municipal elections, Indigenous, Ethnic vote, Alto Solimões.

Recebido em setembro de 2024.  
Aprovado em dezembro de 2024.